

ACÓRDÃO Nº 18.152/06

6ª. TURMA

RECURSO ORDINÁRIO Nº 00643-2005-004-05-00-4-RO

**Recorrentes: Mks Construções S.A. e O Ministério Público do Trabalho -
Procuradoria Regional do Trabalho da 5ª Região**

Recorridos: Os mesmos

Relator: Juiz RUBEM NASCIMENTO JÚNIOR

**AÇÃO CIVIL PÚBLICA QUE TEM POR
OBJETIVO COIBIR AS DENOMINADAS “LIDES
SIMULADAS”. MINISTÉRIO PÚBLICO DO
TRABALHO. LEGITIMIDADE. O Ministério Público
do Trabalho tem legitimidade e interesse para
propor ação civil pública que tenha por objetivo
coibir as chamadas “lides simuladas”, bem como
compelir a empresa Reclamada a proceder, na
forma da lei, à homologação, perante o sindicato da
categoria, das rescisões dos contratos mantidos
com os seus empregados, haja vista a natureza
transindividual do direito tutelado, que tem
extensão sobre o grupo de pessoas que trabalham
para a Reclamada bem como sobre toda a
sociedade, na medida em que as lides simuladas
atingem a credibilidade do Poder Judiciário.**

**MKS CONSTRUÇÕES S.A. e O MINISTÉRIO PÚBLICO DO
TRABALHO - PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO, nos**

autos da Ação Civil Pública n. 00643-2005-004-05-00-4, interpuseram, no prazo legal, Recurso Ordinário da decisão proferida às fls. 509/513 e complementada à fl. 519, pelos motivos alinhados às fls. 524/535 e 543/551.

Custas pagas e depósito recursal efetuado às fls. 536/537.

Contra-razões, também tempestivas, oferecidas às fls. 540/542 e 556/567.

A d. Procuradoria oficiou à fl. 574, opinando pelo prosseguimento do feito.

Teve vista o Ex^{mo} Sr. Desembargador Revisor.

É O RELATÓRIO.

VOTO

RECURSO DO RECLAMANTE/ RECURSO DA RECLAMADA

1. PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE

Foram preenchidos os pressupostos de admissibilidade dos recursos interpostos pelas partes, razão pela qual passo à análise conjunta das razões de mérito neles consubstanciadas, dada a identidade das questões suscitadas em ambos os apelos.

2. MÉRITO DOS RECURSOS

2.1. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE ATIVA *AD CAUSAM*

O Recorrente/Reclamado suscita a preliminar em epígrafe, argumentando, em síntese, que o Ministério Público do Trabalho não detém legitimidade para propor a presente Ação Civil Pública, haja vista que o direito ora questionado não tem expressão difusa ou coletiva.

A Constituição Federal da República, em seu art. 129, inciso III, prevê entre as funções institucionais do Ministério Público, *“promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos”*.

A Lei complementar nº 75/93, por sua vez, atribui ao Ministério Público competência para propor ação civil pública para a tutela de interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos e, mais especificamente em relação ao Ministério Público do Trabalho, competência para promover a defesa de interesses coletivos, quando constatada violação a direitos sociais constitucionalmente garantidos.

No caso dos autos, busca o Ministério Público do Trabalho compelir a empresa Reclamada a proceder, na forma da lei, à homologação, perante o sindicato da categoria, das rescisões dos contratos mantidos com os seus empregados, bem como coibir o seu comportamento de fomentar o ajuizamento de ações trabalhistas com o único objetivo de obter homologação judicial de acordos, com efeitos de quitação geral das parcelas trabalhistas decorrentes da relação de emprego.

De acordo com as razões expostas, o que se pode concluir é que os direitos que se busca tutelar por meio da atuação do *parquet*, longe de se caracterizarem como individuais e subjetivos, têm nítida e indiscutível expressão transindividual, de caráter geral, com extensão sobre o grupo de pessoas que trabalham para a Reclamada.

Deve-se levar em conta, ainda, que a legitimidade do Ministério Público do Trabalho para figurar no pólo ativo da presente lide também exsurge do fato de que a reprovável prática da lide simulada, numa última análise, também atinge o prestígio do Poder Judiciário, o que faz com que o direito em análise, ao menos em tese, interesse a toda sociedade, como assinalou com absoluta propriedade o Julgador de origem:

“DA ILEGITIMIDADE ATIVA AD CAUSAM DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO PARA PROPOR A PRESENTE AÇÃO- Suscita-a a Ré, sob a

alegação de que a norma inscrita no art. 129, III da hodierna Carta Magna, que outorga ao Ministério Público a função institucional de promover o inquérito civil e a ação civil pública, restringe a atuação do **Parquet** Trabalhista à proteção de interesses transindividuais de caráter geral. Argumenta que não poderia o Ministério Público do Trabalho, por exemplo, propor ação postulando direitos diversos dos constitucionalmente previstos aos trabalhadores, ainda que sejam difusos, como os relativos ao meio ambiente, ao consumidor, ao patrimônio artístico, histórico, turístico e paisagístico (v. fl. 339). **Não procede.** Da narrativa debuxada na exordial se deduz que o Autor busca, efetivamente, defender interesses **transindividuais**, tal como lhe autoriza o art. 127 da **Lex Legum**, que confere ao Ministério Público a incumbência de defender a ordem jurídica, o regime democrático e **os interesses sociais e individuais indisponíveis**. Impende observar que a presente ação trata de interesse de caráter geral, porquanto intentada com o fito de obter medida repressiva à lide simulada, de sorte a manter o prestígio do Poder Judiciário, que, ao menos em tese, interessa a toda a sociedade. Apoiado na esteira dessas considerações, este Juízo singular **rejeita a arguição em epígrafe**” (fl. 510).

2.2. MÉRITO DA CAUSA

O Ministério Público do Trabalho, ora Recorrente, pretende majorar a condenação do Demandado no pagamento da indenização por dano moral à coletividade, bem como incluir na condenação as obrigações de fazer e não-fazer consubstanciadas nos itens 2.1, 2.2 e 2.3 da exordial, ao passo que o Demandado pretende se eximir da condenação no pagamento da referida indenização, sob os seguintes argumentos:

1. Os ex-empregados JOÃO JOSÉ DOS SANTOS, RICARDO DIAS DO SACRAMENTO e MANOEL DOS SANTOS REIS não foram ouvidos no inquérito civil público que desencadeou o ajuizamento da Ação Civil em apreço.
2. A existência de um número significativo de acordos em processos ajuizados por seus empregados atende o escopo principal previsto na legislação trabalhista, qual seja, a conciliação,

não evidenciando, de forma alguma, a utilização indevida do processo para simulação de lides.

3. Por fim, nega terminantemente a indicação de qualquer advogado para patrocinar as reclamações dos seus empregados e afirma que, ainda que tal comportamento tivesse sido constatado, não haveria que se falar na existência de lesão a direitos difusos e coletivos em ordem a justificar o ajuizamento da presente Ação Civil Pública.

4. O valor da indenização fixada pelo juízo é excessivo, uma vez que corresponde ao décuplo da média dos referidos trabalhadores.

Inicialmente, impende salientar que, ao contrário do que alega a empresa Demandada, a oitiva dos ex-empregados JOÃO JOSÉ DOS SANTOS, RICARDO DIAS DO SACRAMENTO e MANOEL DOS SANTOS REIS no inquérito civil público que desencadeou o ajuizamento da Ação Civil seria, como efetivamente foi, dispensável, haja vista que tais empregados, nos autos das suas respectivas reclamações trabalhistas, declararam perante o Juízo da 9ª Vara do Trabalho de Salvador que propuseram reclamação trabalhista contra a empresa Demandada mediante orientação desta, e que a advogada que os patrocinava era empregada da referida empresa, sendo que não foi apresentado pela Reclamada qualquer elemento que elidisse a veracidade de tais informações. Ao contrário: as declarações dos ex-empregados CARLOS MAGNO MATOS SANTOS e JOSÉ HERAILTON SILVA GAMA só confirmaram a tese do *parquet* laboral de que a Demandada fomentava o ajuizamento de ações trabalhistas a fim de obter homologação judicial dos acordos, à medida que afirmaram:

“Trabalhava para a GOES COHABITA, atual MKS, desde 1991, sendo dispensado em 09 de março de 2004; que foi dispensado e não recebeu nenhuma verba rescisória; que um representante da empresa falou ao depoente que o mesmo deveria ir para a justiça para fazer um acordo; que contratou a Dra. Laura para que a mesma ajuizasse ação para receber seus créditos

trabalhistas; que foi realizado um acordo perante a 21ª Vara do Trabalho” (fl. 313).

“Foi dispensado pela MKS em setembro de 2003; que não recebeu nenhuma verba rescisória quando da sua dispensa; que teve que ajuizar ação trabalhista para postular seus créditos trabalhistas; que contratou a Dra. Laura de Assis Oliveira por indicação do ex-colega de trabalho; que não sabe informar se a Dra. Laura é advogada da MKS; que firmou acordo com a empresa em juízo, tendo percebido os valores em quatro parcelas; que o depoente foi conversar com o Dr. Germano, representante da empresa, para receber as verbas rescisórias e o mesmo disse que o depoente deveria procurar os seus direitos na justiça” (fl. 314).

É cediço que o princípio da conciliação, conquanto não seja exclusivo do processo laboral, é levado à máxima efetividade nesta Justiça Especializada, tendo em vista as disposições celetistas consubstanciadas nos artigos 764, 831 e 850.

Ocorre que a conciliação que se busca perante esta Justiça Especializada é aquela decorrente da vontade espontânea das partes, que sopesando as vantagens e desvantagens da demanda, optem pela realização de acordo, por meio de concessões recíprocas, e não aquela em que o empregador, valendo-se do seu poder econômico, condicione o pagamento de parcela devida por força de lei a seu empregado ao ajuizamento de ação, na qual alcance, por meio de homologação judicial, a quitação geral de todas as parcelas trabalhistas relativas ao vínculo de emprego.

Quanto ao valor da indenização decorrente do dano moral perpetrado à coletividade, a matéria também é objeto de acirradas controvérsias. Reconheço que se trata matéria delicadíssima e que efetivamente todos os critérios utilizáveis sempre terminaram por gerar imprecisões. Busca-se, contudo, aquele menos matemático, e sim mais humano, mais próximo da razoabilidade e do bom senso, pelo que entendo que a fixação arbitrada prudentemente pelo julgador, valendo-se da equidade e sujeita a controle é a que se apresenta como mais sensata.

Não obstante a existência do dissenso doutrinário e jurisprudencial, vem se firmando posicionamento no sentido de que a tarifação ou qualquer estudo matemático não é critério adequado para fixação de danos morais, já que o juiz deverá avaliar a magnitude da lesão perpetrada pelo ofensor, utilizando-se da prova, da realidade que o cerca e das máximas de experiência.

Reportando-se ao tema, o jurista Silvio Venosa, in *Direito Civil. Responsabilidade Civil*, Atlas, 2ª. edição, 2002, páginas 191/192, assim se posiciona:

“A falta de legislação específica nessa problemática tem gerado, todavia, decisões díspares e incongruentes. De qualquer modo, a tarifação ou qualquer estudo matemático não é critério adequado para danos morais em geral, porque amordaça a distribuição da Justiça: como é ainda nova a disseminação dessa modalidade de indenização em nossos tribunais, chegar-se-á, certamente, em breve tempo, a balizamento razoável imposto pela própria jurisprudência. Há determinados danos que podem ficar sob o jugo de uma tarifação, como, por exemplo, o dano corporal fisiológico, como já ocorre com os acidentes do trabalho, mas há outros de impossível delimitação.

(...) Carlos Alberto Gherzi (2000:110) sintetiza, com absoluta propriedade, os seguintes critérios para avaliação de danos morais:

- ‘a) os danos morais não devem necessariamente guardar proporção com outros danos indenizáveis, os quais, inclusive, podem inexistir;
- b) o dano moral não está sujeito a cânones estritos;
- c) não se deve recorrer a cálculos puramente matemáticos;
- d) devem ser levados em conta as condições pessoais de quem será indenizado, os padecimentos causados, as circunstâncias traumáticas da conduta do ofensor e as seqüelas que afetam a vítima e, finalmente;
- e) deve ser considerada a idade da vítima.’

(...)

Antonio Jeová Santos (2001:218), autor de obra monográfica sobre o tema, conclui, sem disparidade com o mestre argentino e com o que aqui expusemos, que em matéria de dano moral:

- ‘a) não se deve aceitar uma indenização meramente simbólica;
- b) deve ser evitado o enriquecimento injusto;

- c) os danos morais não se amoldam a uma tarifação;
- d) não deve haver paralelismo ou relação na indenização por dano moral com o dano patrimonial;
- e) não é suficiente a referência ao mero prudente arbítrio do juiz;
- f) há que se levar em consideração a gravidade do caso bem como as peculiaridades da vítima de seu ofensor;
- g) os casos semelhantes podem servir de parâmetro para as indenizações;
- h) a indenização deve atender ao chamado prazer compensatório, que nós preferimos chamar de lenitivo e, finalmente;
- i) há que se levar em conta o contexto econômico do país.”

Também Maurício Godinho Delgado, Curso de Direito do Trabalho, LTR, 3ª Tiragem, 2002, páginas 604 e 605:

“B) Valor indenizatório – O montante indenizatório é fixado pelo órgão julgante através de um juízo de equidade. É claro que a sensatez (equilíbrio), equanimidade, isenção, imparcialidade devem operar sempre no exercício desse juízo de equidade. A partir dos critérios orientadores acima expostos, aferidos e cotejados com sensatez, equanimidade, isenção e imparcialidade, estima-se (a operação é de arbitramento) o valor compensatório pelo dano moral ou à imagem produzido. Tal juízo de equidade é o único que se harmoniza com a amplitude dos comandos constitucionais incidentes à situação em análise (art. 5º, V e X, CF/88). De todo modo, a própria lei civil já previra a utilização desse critério para cálculo de reparações por atos ilícitos não regulados diferentemente pelo Código Civil Brasileiro (art. 1.553, CCB) – a indenização por dano moral e à imagem, como se sabe, somente tornou-se cabível no âmbito trabalhista em decorrência do texto da Constituição e não em virtude da velha lei civil, segundo a jurisprudência dominante.”

É o julgador, portanto, que, com seu prudente arbítrio, apreciando e avaliando as circunstâncias peculiares de cada caso, deve fixar quantia razoável para compensação plena do dano sofrido e imposição de sanção ao agressor.

Assim, o valor da indenização por dano moral deve ser arbitrado levando-se em conta a gravidade da ofensa, e em se tratando de dano moral à coletividade, como no caso dos autos, suas repercussões sociais e a extensão do dano.

A indenização a ele correspondente, contudo, não objetiva ressarcir prejuízo de todo incomensurável, mas, enquanto pena pecuniária e pedagógica que é, impor sanção ao agressor para que este, atingido no seu patrimônio, possa redimir-se do ato faltoso praticado, além de compensar a sociedade, em pecúnia, pelo prejuízo experimentado.

Transpondo essas considerações preliminares para a situação em apreço, o que se afere das provas existentes nos autos é que foi devidamente comprovada a existência de dano moral à coletividade em virtude do comportamento da Reclamada no sentido de promover lides simuladas perante esta Justiça Especializada.

No que diz respeito ao valor da indenização, fixado na sentença de origem em R\$ 10.091,73 (dez mil e noventa e um reais e setenta e três centavos), entendo que o referido montante é insuficiente à reparação do dano, quer em face das repercussões sociais do ato ilícito, que atinge não só ao grupo de trabalhadores contratados pela empresa Demandada, mas a própria credibilidade da atividade jurisdicional prestada por esta Justiça Especializada, quer em face do fato de que, quanto ao valor da indicado na inicial, não houve impugnação específica da empresa Demandada, como se observa da leitura da contestação de fls. 336/341.

Em face do exposto, a indenização deve ser fixada no valor requerido na inicial, qual seja, R\$ 93.440,97 (noventa e três mil, quatrocentos e quarenta reais e noventa e sete centavos).

A decisão de primeiro grau deve ser reformada, ainda, para condenar a Reclamada nas obrigações de fazer enumeradas nos itens 2.1, 2.2 e 2.3 da peça de ingresso, quais sejam:

- somente promover rescisão contratual dos empregados, com mais de um ano de serviço, mediante assistência do sindicato da categoria profissional ou perante a autoridade do Ministério do Trabalho e Emprego, nos termos do art. 477 da CLT, mantendo registro escrito das tentativas de homologação sempre que o trabalhador não comparecer ao ato rescisório;

- observar os prazos do art. 477, § 6º, da CLT, ao realizar qualquer rescisão contratual, independentemente do tempo de serviço do empregado;
- não orientar, não estimular e não auxiliar empregados dispensados ou demitidos a promover ação perante a Justiça do Trabalho, com a finalidade de obter homologação de acordo ou com qualquer outra finalidade.

Não se argumente que, quanto à providência jurisdicional invocada nos referidos itens, falta ao Ministério Público interesse de agir, em face de já existir na legislação dispositivos que estabelecem as referidas obrigações, haja vista que, como ficou constatado nos autos da presente ação civil pública, a empresa Demandada, não obstante estivesse obrigada, por força de lei, a cumprir tais obrigações, não o tem feito, pelo que a providência jurisdicional invocada não só é necessária como útil, para que se alcance o objetivo de não só reprimir, mas também prevenir as denominadas lides simuladas.

Pelas razões expostas, CONHEÇO DE AMBOS OS RECURSOS E, NO MÉRITO, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO DO RECLAMADO E PROVEJO O RECURSO DO RECLAMANTE PARA FIXAR A INDENIZAÇÃO POR DANOS À COLETIVIDADE EM R\$ R\$ 93.440,97 (NOVENTA E TRÊS MIL, QUATROCENTOS E QUARENTA REAIS E NOVENTA E SETE CENTAVOS), BEM COMO CONDENAR A RECLAMADA NAS OBRIGAÇÕES DE FAZER E NÃO FAZER CONSUBSTANCIADAS NOS ITENS 2.1, 2.2 E 2.3 DA INICIAL, SOB PENA DE PAGAMENTO DE MULTA, A SER REVERTIDA PARA O FAT, NO EQUIVALENTE A UM SALÁRIO DO EMPREGADO PARA O QUAL SE VERIFICAR O DESCUMPRIMENTO DE TAIS OBRIGAÇÕES.

Acordam os Desembargadores da 6ª. TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, unanimemente, REJEITAR A PRELIMINAR de ilegitimidade ativa ad causam , e no mérito, NEGAR PROVIMENTO ao recurso do Reclamado e PROVER o recurso do Reclamante para fixar a indenização por danos à coletividade em R\$ 93.440,97 (noventa e três mil, quatrocentos e quarenta reais e

noventa e sete centavos), bem como condenar a Reclamada nas obrigações de fazer e não fazer consubstanciadas nos itens 2.1, 2.2 e 2.3 da inicial, sob pena de pagamento de multa, a ser revertida para o FAT, no equivalente a um salário do empregado para o qual se verificar o descumprimento de tais obrigações.

Salvador, 18 de julho de 2006.

RUBEM NASCIMENTO JÚNIOR
Juiz Relator Convocado

Ciente:

Procuradoria Regional do Trabalho